

ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO: PRESIDENTES NO RODA VIVA

Autora: Milene Maciel Carlos Leite

Orientadora: Bethania Sampaio Corrêa Mariani

Doutoranda

RESUMO: O objetivo dessa comunicação é apresentar o andamento de uma pesquisa realizada em nível de Doutorado, cujo objeto é o discurso político na mídia televisiva, especificamente o discurso de presidentes, no programa Roda Viva, da TV Cultura. O aporte teórico-metodológico é a Análise do Discurso de orientação francesa, com base em Pêcheux (1997 [1969], 2009 [1975], 2012 [1983]) e Orlandi (2001, 2012, 2013). Nosso corpus empírico consiste em cinco entrevistas dos presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Michel Temer, todos em exercício da presidência, no momento em que foram entrevistados. Objetivamos compreender, inicialmente, o que (não) pode/deve dizer um sujeito, do lugar institucional de presidente. Como cada presidente, ao tomar a palavra, ocupa esse lugar e significa o campo de conhecimento chamado política. Trabalhamos, como dispositivo analítico, com as noções de imaginário e formações imaginárias. De acordo com Pêcheux (2014 [1969], p. 81-82), “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Ademais, mobilizamos a noção de equívoco e de contradição, a primeira da ordem do inconsciente e a segunda da ordem do ideológico, ambas compreendidas como marca da fissura do sujeito e dos sentidos, no campo da linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do discurso; discurso político; lugar institucional; posição-sujeito

Considerações iniciais

Nesse artigo, o objetivo central é expor o estado de uma pesquisa, desenvolvida em nível de Doutorado, sob orientação da Prof^a Dr^a Bethania Mariani. Trazemos, de antemão, uma citação de Orlandi (2013), no intuito de, logo no início, situar o lugar teórico em que a pesquisa está sendo desenvolvida. A pesquisadora nos diz: “**a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento.**”

O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem” (ORLANDI, 2013, p. 15).

Sob a perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso materialista, que considera a linguagem como prática e, mais, como uma prática política, temos constituído nosso objeto de pesquisa, que é o **discurso político na mídia**. Para constituir esse objeto, tomamos como *corpus* empírico entrevistas de três presidentes da república em exercício, no momento em que foram entrevistados: Fernando Henrique Cardoso, em 1996 e em 2002, Luís Inácio Lula da Silva, em 2005 e em 2006, e Michel Temer, em 2016, no Programa *Roda Viva*, da TV Cultura. Ao se entrevistar um presidente para um programa televisivo, podemos inferir, de antemão, que o assunto principal a ser tratado é **política**. De acordo com Fedatto (2013, p. 20),

se o texto, entendido de maneira ampla como um processo de *inscrição* (verbal, visual, sonora, *significante*, enfim), é convocado para a explicação da constituição de um saber é porque ele goza, por definição, do estatuto de *vestígio* na relação com o *horizonte de retrospectão* desse saber” (FEDATTO, 2013, p. 20).

Desse modo, tomamos as falas dos políticos como “vestígio” de um saber sobre política que não se inaugura nesses dizeres, mas se relaciona a um saber constituído retrospectivamente, por uma memória discursiva que constitui o dizer, em outros processos discursivos. Sob essa perspectiva, perguntamo-nos: **que domínio de saber é esse, que se atualiza, nessas tomadas de palavra? O que ele comporta, suporta, importa?** Perguntas do tipo “Como é que está a sua coluna? E que livro o senhor está lendo?” (dirigidas ao presidente Fernando Henrique Cardoso, na entrevista de 1996), “a ala corinthiana aqui (...) queria saber do senhor se o senhor acha que nós já estamos com a mão na Taça” (dirigida a Lula, na entrevista de 2005) ou “Como foi que o senhor se apaixonou por Dona Marcela? Como é que foi essa descoberta?” (dirigidas a Michel Temer, na entrevista de 2016) são do campo da política? Qual é o lugar do discurso político na mídia televisiva? O que cabe e o que não cabe? Como cada um, no caso, cada presidente, ao tomar a palavra, se apropria desse campo do conhecimento e o significa?

A historicidade do termo é apresentada no dicionário de política, de Bobbio et al. (1998 [1983]), segundo o qual o termo significa “tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social” (BONINI,

1998, p. 954). Em mesma obra, vemos a referência ao avanço da noção de política com a obra homônima de Aristóteles. Nela, define-se política como as distintas formas de governo ou organização da cidade, “*polis*” ou “comunidade política”, nos termos do autor. Ainda no verbete “política”, no dicionário referido, vemos que o termo foi sofrendo modificações de sentido, ao longo da história, foi-se aproximando cada vez mais da noção de poder, ou melhor, de ações que afetam a todos de um determinado grupo social. Há, portanto, um deslizar de sentidos que aproxima a política do poder.

Tal aproximação pode ser lida em alguns outros autores. Foucault (2012), em *A ordem do discurso*, apresenta-nos uma noção de poder, em sua relação com a política, distinta dessa apresentada no dicionário supracitado. Pensado em relação à produção de discursos, o poder, segundo o autor, associa-se à (im)possibilidade de dizer. A hipótese levantada é a seguinte:

em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2012, p. 8)

É nesse sentido que, para o autor, a produção discursiva está diretamente ligada a (não) poder dizer. No desenvolvimento de seu pensamento, Foucault (2012) nos apresenta três desses procedimentos de exclusão: a interdição, a separação/ rejeição e a vontade de verdade. Ao nosso trabalho interessa, especificamente, o primeiro, a interdição, cujo ponto central é a impossibilidade de se produzir certos enunciados. São três os seus tipos: o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado de quem fala. Segundo o filósofo, as regiões mais propícias a sofrer essa forma de exclusão são **a da sexualidade e a da política**, “como se **o discurso**, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, **fosse um dos lugares onde elas exercem**, de modo privilegiado, **alguns de seus mais temíveis poderes**” (FOUCAULT, 2012, p. 9, grifos nossos).

Ainda que a asserção tenha sido produzida nos anos 1970¹, no contexto francês, estudos como atuais, no campo da ciência política, das ciências sociais, da análise do discurso, entre outros, mostram a validade desse apontamento. Os tempos são outros e distintas são as condições sócio-histórico-ideológicas de produção de discursos nessas regiões

¹ *A ordem do discurso* resulta da aula inaugural proferida por Foucault no Collège de France, em 2 de dezembro de 1970.

de saber, mas sexo/ sexualidade e política ainda são tabus e ainda sofrem efeitos de interdição e, ressaltamos, **censura**, sendo esse um ponto de grande interesse na presente tese.

No desenrolar desse ponto, tem-se feito possível a afirmação de que, embora as triagens pelas quais os discursos passam não sejam as mesmas em períodos ditatoriais² e em tempos, por lei, democráticos³, termos como moral, bons costumes, preservação de uma ordem sócio-histórica ainda regem os crivos atuais. Os censores não são mais diretamente os militares, mas, conforme temos podido afirmar em nosso trabalho, quem tem exercido esse papel, contemporaneamente, ou continuado a exercer, é o mercado, especialmente o midiático.

A televisão, como grande mídia, por sua relação com o mercado, propaga ideais filiados, sobretudo, à ideologia dominante. Sabemos da impossibilidade de se dizer tudo, própria do funcionamento do simbólico, sujeito a falhas; na mídia televisiva, todavia, ressaltamos a impossibilidade de se dizer certas coisas, potencializada, no caso do nosso *corpus* em análise, pelo fato de os dizeres se produzirem em condição de resposta a uma pergunta.

Ainda em relação às concepções de poder, em sua relação com a política e com o discurso, Barthes (1989 [1977]) afirma:

o poder é, simetricamente, perpétuo no tempo histórico: expulso, extenuado aqui, ele reaparece ali; nunca perece; façam uma revolução para destruí-lo, ele vai imediatamente reviver (...). A razão dessa resistência e dessa ubiquidade é que o poder é o parasita de um organismo trans-social, ligado à história inteira do homem, e não somente à sua história política, histórica. Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana, é: a linguagem – ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua (BARTHES, 1989 [1977], p. 11).

Por estarmos interessados no **discurso** político, ou nos “efeitos de sentido entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, 2014 [1969], p. 82), interessa-nos a política enquanto prática cujo instrumento é o discurso. Citando diretamente Henry: “o instrumento da prática política é o discurso, ou mais precisamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social”. (HENRY, 1990, p. 24). De

² Para uma melhor compreensão do funcionamento de discursos da censura e sob censura no Brasil – era Vargas e Ditadura Militar - e no fascismo italiano, ler a tese de Moreira (2009).

³ Destacamos o termo “por lei” no intuito de destacar que, embora uma nação esteja funcionando com a garantia legal de uma democracia, na prática, a constituição pode ser desrespeitada, como é o caso de inúmeros eventos ocorridos no Brasil, desde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2016.

acordo com a concepção de Barthes (*ibidem*), o poder inscreve-se na língua e essa, sob a perspectiva aqui adotada, é lugar em que se materializa o discurso. Consideramos a língua, assim, como lugar em que o poder existe, obriga a dizer (BARTHES, 1989 [1977], p. 13), mas também como modo de aceder ao discurso, lugar em que o poder escapa, desliza, resiste.

A política, nesse campo de estudos que é o nosso, abre-se para a relação intrínseca dos sentidos com a história e com o social, mas também para a heterogeneidade dos *corpus* com os quais lidamos, fruto do funcionamento do que Orlandi (2001, p. 90) nomeia **o político**, ou seja, o que produz uma cisão social dos sentidos e aponta para as relações de poder instituídas em determinado momento sócio-histórico-ideológico. O político, assim, é próprio das práticas linguageiras e nelas se materializa.

Arcabouço teórico-metodológico: gestos de análise

No que concerne ao nosso *corpus*, no caso, as falas dos presidentes, no decorrer de nossa pesquisa, tem-se feito necessária a diferenciação entre duas categorias de análise, que são o lugar discursivo e a posição-sujeito. Grigoletto e Jaeger (2013), ao analisar o discurso da presidenta Dilma Rousseff na abertura da Comissão da Verdade, afirmam que o que temos é a inscrição daqueles dizeres no **lugar discursivo de presidente**, noção defendida pelas autoras como “espaço *sui generis* de discursivização”. Isso quer dizer que o lugar discursivo não é dado previamente, mas se constitui e se atualiza no processo discursivo. Segundo Grigoletto (2005, p. 158), “é possível pensar na noção de lugar discursivo como uma categoria de análise, que é materializada na passagem do espaço empírico, onde se encontram os lugares sociais, para o espaço discursivo. Ou seja, o lugar discursivo estaria no entremeio do lugar social, da forma e da posição-sujeito. Portanto, ele não é sinônimo de posição, já que pode abrigar, no seu interior, diferentes e até contraditórias posições de sujeito. Por isso, devemos tomar o lugar discursivo como um espaço constitutivamente heterogêneo (...)”.

Em suma, um mesmo lugar discursivo pode comportar diferentes posições-sujeito, que se constituem de acordo com as variantes de identificação do sujeito à formação discursiva em que está inscrito. Além disso, o lugar de quem fala, sua história, suas filiações políticas constituem o sentido do que é dito. Como afirma Pêcheux (2009, p. 202), a respeito da noção de Formação Discursiva, “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas

adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem”.

Diante dessa teorização, a pergunta central a que temos nos dedicado, no exercício desse trabalho de tese, é: considerando-se as distintas condições de produção das entrevistas de Fernando Henrique, Lula e Temer, tanto em contexto imediato, ou seja, a situação de fala, os números e os nomes dos entrevistados, etc., quanto em contexto mais amplo, como a situação sócio-histórica, no momento em que as entrevistas foram realizadas, como cada presidente se apropria desse lugar discursivo de presidente e significa termos como democracia, Estado brasileiro, governo, imprensa, entre outros?

De que modo os representantes de Estado, inscritos nesse lugar discursivo/institucional de presidente, significam esses termos, após a experiência incontornável do Golpe de Estado de 1964 no Brasil?

Considerações finais

A essas perguntas ainda não demos uma resposta, mas é importante, nesse momento da pesquisa, ressaltar que o gesto de formulá-las e o de persegui-las marcam o lugar teórico em que nos situamos, um lugar que, conforme Pêcheux (2012 [1983]), por “uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade” (PÊCHEUX, 2012 [1983], p. 57), investe em gestos de interpretação, no intuito de considerar a produção de efeitos de sentido, em dadas condições.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, R. [1977] Aula. São Paulo: Editora Cultrix, 1989.
- FEDATTO, C. Um saber nas ruas: o discurso histórico sobre a cidade brasileira. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.
- FOUCAULT, M. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- GRIGOLETTO, E. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. Anais do SEAD, 2005.
- GRIGOLETTO, E; JAEGER, D. O discurso de instalação da comissão da verdade sob o lugar discursivo de presidente, a dispersão de posições-sujeito. Signo y Señá, número 24, diciembre

de 2013, pp. 71-90. Facultad de Filosofía y Letras (UBA) – link:
<http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/index> - ISSN 2314-2189

HENRY, P. Os fundamentos Teóricos da 'Análise Automática do Discurso' de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.) Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethânia S. Mariani et alii. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

ORLANDI, E. [1990] *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 11ª ed., Campinas: Pontes, 2013.

PÊCHEUX, M. [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M. [1983] *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 6ª e. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.